

PETIÇÃO EM CAUSA PRÓPRIA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE

AUTOR: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

RÉU: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG) / CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

I – DOS FATOS

1. O Autor vem, por meio desta petição, propor a presente ação em causa própria, na qual expõe os fatos a seguir:

2. Descrição detalhada dos fatos que originaram a demanda:

II – DO DIREITO

3. Fundamentação jurídica que ampara o pedido:

4. Legislação aplicável, doutrina e jurisprudência pertinente:

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:

1. A citação do Réu para apresentar contestação, sob pena de revelia e confissão;
2. A condenação do Réu ao pagamento de indenização por danos materiais no valor de R\$ _____;
3. A condenação do Réu ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ _____;
4. A condenação do Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;
5. A produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente documental, testemunhal e pericial;
6. A procedência da ação em todos os seus termos.

IV – DAS PROVAS

O Autor pretende provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente:

- Documentos;
- Testemunhas;
- Perícias;
- Inspeção judicial, se necessário.

V – DO VALOR DA CAUSA

Para efeitos fiscais e legais, atribui-se à presente causa o valor de R\$ _____.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Local

Data

Autor em causa própria

Fonte original deste documento:

<https://documentos-lex.com/peticao-em-causa-propria/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-lex.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.